



“Crescei e multiplicai-vos”: tecendo redes através dos ritos batismais.

Hermes Gilber Uberti*

Resumo: O presente artigo pretende analisar as redes sócio-familiares firmadas pelo casal Randolpho José da Silva Pereira e Joaquina Alves da Conceição. Tendo na prática do compadrio um importante elemento no processo de configuração de teias sócio-familiares. Para tanto os registros de batismo da prole do referido casal serão tratados enquanto estratégias familiares de uma camada social intermediária, que na busca de reconhecimento social e segurança econômica configurou malhas de caráter horizontal e vertical dentro da paisagem agrária do Vale do Jaguari na segunda metade do século XIX. Concomitantemente ocorrerá o mergulho sobre algumas situações comportamentais ligadas aos cônjuges em estudo almejando observar a dinâmica das malhas, que tipo de liames elas representavam e os bens que por elas circulavam.

Palavras-chave: Estratégia. Família. Redes.

Abstract: This article aims to analyze the social and family networks signed by the couple Randolpho José Pereira da Silva and Joaquina Alves da Conceição. It has as practice of camaraderie an important element in the process of setting of social and family webs. Therefore, the registrations of baptism of the referred couple's offspring will be treat as family strategies of a social intermediate class, that in the search of social recognition and economical security formed meshes of horizontal and vertical character in the agrarian landscape of the Vale do Jaguari in the second half of nineteenth century. Concomitantly it will occur the reflection on some behavioral situations related to spouses in study aiming to observe the dynamics of the meshes, what kind of bonds they represented and the goods that circulated by them.

Key words: Strategy. Family. Networks.

Primeiras palavras

* Possui graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria (1997). Especialização em História pelo Centro Universitário Franciscano (2007). Mestrado em História, pela Universidade do Vale dos Sinos (2011). Doutorando em História, junto a Universidade do Vale dos Sinos (2012 -) Professor Adjunto do Instituto Federal Farroupilha, Campus Alegrete. Atua como pesquisador da história da Família no Vale do Jaguari no século XIX.



Este artigo surgiu a partir de um recorte de minha dissertação de mestrado onde discorremos, entre outros pontos, sobre a importância que as redes de compadrio tiveram no processo de notoriedade social obtido pelo personagem Randolpho José da Silva Pereira. Trabalho esse onde buscamos o embasamento teórico metodológico na micro-história social italiana. Sendo que, a nosso ver, a micro-análise se constitui numa prática historiográfica que se coloca atenta a pequenas realidades cotidianas, dando nomes e reconstituindo papéis na história de indivíduos de “pequeno quilate”. Ao mesmo tempo a redução do campo de observação trouxe, em seu bojo, a renovação nos procedimentos analíticos inerentes à ciência histórica, uma vez que, “enriqueceu” as investigações dos processos através de categorias interpretativas mais palpáveis e da possibilidade mais concreta da verificação experimental, pois o cruzamento de fontes, em muitos casos, possibilita maior consistência na obra e ganhos em termos de profundidade.

Entre as categorias dessa prática historiográfica, que dá grande ênfase ao caráter empírico, iremos nos valer da ideia de estratégia que no entendimento de Jacques Revel “serve para qualificar, de maneira mais prosaica, os comportamentos dos atores individuais ou coletivos que foram bem-sucedidos [...] mas sem perder as noções de fracasso, de incerteza e de racionalidade limitada” (1998, p. 26). Manuela Pedroza chamou atenção para os cuidados inerentes ao se tratar os estratagemas sociais tendo como ponto de partida um “desenrolar mecânico de uma estrutura fixa de regras infalíveis a serem seguidas”. A autora também asseverou que os ardis sociais devem ser trabalhados “como um conjunto por vezes caótico de ações, onde jogadores devem transformar seus lances a cada novo movimento no tabuleiro” (2008, p. 69). Ao discorrer acerca das estratégias familiares Revel assinalou que “não podem ser compreendidas ao nível da família tomada como unidade residencial”, deve-se pensar “em frentes familiares formadas por unidades que não residem juntas, mas unidas por laços de parentesco consanguíneo, por alianças ou relações de parentesco fictícias” (In: LEVI, 2000, p. 30). Assim, os estratagemas serão de grande valia principalmente quando discutirmos os mecanismos de afirmação social adotados pelo casal Randolpho José da Silva Pereira e Joaquina Alves da Conceição¹, agentes históricos oriundos de estirpes remediadas que se

¹ Os referidos consortes uniram-se em matrimônio em 10 de outubro de 1868 junto à capela de São Vicente e o enlace representou a sedimentação de vínculos de vizinhança. Permaneceram casados até o ano de 1907 quando ocorreu o falecimento de Joaquina, naquela feita ela contava com 56 anos de idade, sendo que do casamento nasceram quinze filhos. Pouco depois Randolpho arranhou outra esposa, no entanto, desta segunda união, com Alsira Mello, não resultou nenhuma criança. O estancieiro faleceu em 1914, aos setenta e três anos de idade, junto à estância de São Rafael, estabelecimento produtivo localizado nas margens do Toropi, rio que durante muito tempo serviu como um dos principais balizadores do Vale do Jaguari. Região localizada na porção central do estado do Rio Grande do Sul constituindo-se num espaço que, possuía uma posição estratégica privilegiada,



valendo das “bênçãos do batismo” estabeleceram e ou ratificaram alianças sociais com agentes históricos que ocupavam diferentes posições dentro do tecido social² quer caracterizou o Vale do Jaguarí na segunda metade do século XIX.

Ainda no que toca ao exercício de micro-análise que ora pretendemos desenvolver, tencionamos utilizar também o paradigma indiciário proposto por Carlo Ginzburg (1989), buscando pistas, pequenos detalhes e indícios, juntando peças e “costurando-as” durante o processo de construção da narrativa. Nesse sentido, além dos registros religiosos, obtidos junto as Mitraes Diocesanas de Bagé (AMDB) e de Santa Maria (AMDSM), iremos também buscar “sinais” em outras fontes manuscritas obtidas em arquivos de natureza não eclesiástica. Entre as pistas desses outros “lugares de memória” iremos nos valer de documentos que foram garimpados junto ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG) e Arquivo do Judiciário Centralizado (AJC). Destarte, adotaremos “una metodología específica” que implicará uma forma de “trabajar los archivos basándose en el usufructo intensivo de las fuentes nominales” (RAMELLA, 1995, p. 13). Assim elas serão tratadas de modo a buscar seguir os personagens que fazem parte do enredo “nas múltiplas relações que os formavam, o que significava investigar tais sujeitos em vários tipos de fontes” (FRAGOSO, 2002, p. 62), buscando, assim, ver esses personagens em momentos diversos, representando diferentes papéis em distintos cenários.

Mesmo encaminhando nosso olhar “ao rés do chão” temos consciência de que ele não se constituiu numa panacéia. Conforme salientou Maurizio Gribaudi (In: IMÍZCOZ, 2004), só a redução da escala de observação não é suficiente para garantir uma maior cientificidade, porque pode haver variações segundo o objeto de estudo. Desse modo, que não sejamos mal interpretados, de forma alguma estamos negando a importância das metanarrativas, pois conforme arguiu Revel não existe um “hiato, menos ainda uma oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite

tanto na geopolítica quanto na economia, pois ao longo do século XIX se converteu num importante corredor entre os povoados situados no planalto e a região da campanha, assim como desenvolveu um papel de articulação entre as porções leste e oeste da província (MENZ, 2001).

AMDB, **Registro de casamento de Randolpho José da Silva Pereira e Joaquina Alves da Conceição**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1868, liv. 4, ff. 82v., n.º 33.

TABELIONATO DE REGISTROS CIVIS DE MATA. **Certidão de óbito de Joaquina Alves da Silva**. a. 1907, liv.1, ff. 47, n.º 161.

TABELIONATO DE REGISTROS CIVIS DE MATA. **Certidão de óbito de Randolpho José da Silva Pereira**. a. 1914, liv.1-c, ff. 90v., n.º 04.

² Tecido social aqui entendido enquanto “o substrato a partir do qual e para dentro do qual o indivíduo gira constantemente e tece suas finalidades na vida. Esse tecido social é o curso real de sua mudança como um todo, porém, não é obra da intenção nem do planejamento de ninguém” (ELIAS, 1993, p. 194).



perceber é uma modulação particular da história global”, de uma forma “particular e original, pois o que o ponto de vista micro-histórico oferece à observação não uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrosociais; é, uma versão diferente” (1998, p. 93). Ou seja, é impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, como é impossível conhecer o todo sem conhecer particularmente as partes.

Maria L. Marcílio (2008) aponta que Pierre Chaunu foi um dos pioneiros a ver as possibilidades da utilização dos registros paroquiais enquanto fonte histórica, principalmente para os estudos demográficos, uma vez que representam fragmentos de trajetórias de vidas. Por seu turno, João Fragoso aponta que tais registros possibilitam “recuperar a história social de uma população e de seus grupos”, na medida em que “tais fontes capturam as opções feitas pelos indivíduos, ou por quase todos que integravam a população, em momentos decisivos de suas vidas: nascimento, casamento e óbito” (2010, p. 100-101). Uma vez que os assentos cobriam a população católica

[...] integralmente, individualmente e independentemente de condição social [...] dos homens as mulheres; e dos recém-nascidos aos bem idosos; de solteiros, casados, viúvos e eclesiásticos. As variadas informações sobre cada indivíduo contidas em cada registro são muito ricas e constituem-se em dados fundamentais para a descoberta de uma nova história social [...] Em cada ato, assentava-se: a data completa do evento, o nome do sujeito registrado; nomes completos dos pais e, por vezes, até de avós do batizando ou dos noivos; local de residência e de nascimento de cada nome que aparece; a condição social (livre ou escravo; legítimo ilegítimo ou exposto); o estado civil (solteiro, casado ou viúvo nos óbitos), [...] paróquia e arcebispado dos pais dos noivos (MARCÍLIO, 2008, p.50).

Particularmente nos incomodou um pouco a expressão “integralmente e independentemente de condição social”, claro que tanto o filho do estancieiro quanto o de um peão poderiam ser batizados numa mesma feita, contudo, temos que ter cuidado com esse caráter supostamente “abrangente” e “democrático” dos registros religiosos. Ao olharmos os livros de registros batismais produzidos junto a São Vicente, principal povoado do Vale do Jaguari no século XIX, as diferenciações, no que concerne à condição social, são latentes, em se tratando de uma criança de família abastada o assento ocupava muitas linhas, chegando ao ponto de se colocar até a procedência dos padrinhos. O mesmo não pode ser dito quando se tratava dos subalternos, nesses casos o padre tendia a ser bem mais sucinto nas informações. A citação nos sugere ainda que são muitas as possibilidades de análise, porém, notadamente nos interessa verificar nos apontamentos os nomes dos padrinhos. Pois nosso exame irá privilegiar as relações de compadrio enquanto prática de formação e ou ratificação de redes de



relacionamento, mapeando as conexões de vizinhança e a ratificação de teias de parentesco sanguíneo e afim. Vale destacar que os registros religiosos na demografia histórica, muitas vezes são usados enquanto fonte seriada, contribuindo no estabelecimento de médias, e assim servindo para traçar uma silhueta de uma determinada população, não é essa a nossa intenção no presente trabalho. Os assentos aqui analisados serão trabalhados enquanto “fragmentos” de vida que fizeram parte da trajetória dos consortes Randolpho e Joaquina buscando apurar situações ligadas à prática do compadrio e as urdiduras que o parentesco simbólico engendrou.

Durante muito tempo, quando pensávamos a família, “era comum imaginá-la como se sempre tivesse existido na forma monogâmica e perfeita, uma criação de caráter divino” ligado a “uma representação bíblica que tinha nas figuras de Adão e Eva o primeiro par humano que deram origem a humanidade” (SILVA, 2000, p. 5). Porém nos últimos tempos, a temática da história da família e suas articulações têm despertado o interesse de muitos cientistas sociais. Tais pesquisas têm ratificado certos axiomas, entre os quais, a família enquanto a mais antiga e a mais disseminada de todas as instituições sociais, pois “la familia es un hecho necesario y fatal [...] superior a la voluntad humana, no siento dueño el hombre de nacer fuera de ella, ni de dejar de pertenecer a alguna” (LÓPEZ, 2001, p.15). Eis que, “antes de sermos nós mesmos, somos o filho ou a filha de Fulano ou Beltrano; nascemos numa família, antes que possamos ter uma existência social própria, é por um nome de família que se nos referem” (ZONABEND In: BURGUIERÉ, 1998, p. 14). Todavia os trabalhos também têm apontado para experiências singulares que variam no tempo e no espaço, sendo “um consenso entre os estudiosos à dificuldade que se impõe para analisar o conceito de ‘família’, instituição praticamente universal em todas as sociedades [...] que no senso comum, significa ser amado e amparado [...] mas que se constituiu um terreno movediço” (SCOTT, 2008, p. 2). Haja vista que, na “história da família ocidental desde o século XVI aos nossos dias [...] nunca existiu, um sistema familiar único. O ocidente sempre se caracterizou pela diversidade das formas familiares, não só ao longo dos tempos, mas em pontos precisos do tempo” (ANDERSON, 1984, p. 10). Ao mesmo tempo caracterizou-se por ser uma instituição que encerra diferentes facetas enquanto espaço de “socialización, derechos y obligaciones jurídicas, ritos de paso, sentimientos de amor y odio, estructuras económicas, relaciones de poder” (LÓPEZ, 2001, p.24), constituindo-se num importante espaço que possibilita a “configuração de relações de grande importância na definição das atividades e relações sociais dos sujeitos, bem como era um vetor que influía na estratificação e reprodução social”



(FARINATTI, 2010, p. 258). Por conseguinte, tem-se observado diferentes possibilidades de ver e estudar a história da família, entre elas, menciona-se a demográfica, a genealógica, a sócio-econômica e a antropológica. Particularmente iremos nos valer da dimensão antropológica e concomitantemente da concepção de família extensa onde a definição de quem era parente não ficava restrita a consanguinidade e afinidade, uma vez que perpassava também por situações que envolviam as relações de parentesco espiritual.

Entre os escritos que versaram sobre as cadeias de compadrio elenca-se os de Martha Hameister (2006) que, ao tratar das cadeias de compadrio, entre outros aspectos, considerou o parentesco fictício um importante mecanismo de afirmação social, de consubstanciação de relações de reciprocidade e de uma herança imaterial ligada ao nome. Onde o tamanho do capital social de um sujeito passava pelo número de vezes que havia comparecido a pia batismal na condição de padrinho. Ao seu tempo também discorreu sobre os círculos de *compadrazgo* enquanto um jogo ligado à trilogia da graça, ou seja, no dar, receber e retribuir (MAUSS, 1974). Sendo que o ponto de partida estaria na dádiva de oferecer um membro de sua prole³ como afilhado, e a pessoa que havia sido escolhida aceitar o “presente”, passado algum tempo o indivíduo retribuir a gentileza, tornando-se duplamente compadres. Outro elemento relevante fica por conta da transmissão do prenome recebido no momento do batizado enquanto uma graça que possibilitava a pessoa adentrar no mundo da cristandade. Ademais, o ato de nomeação do indivíduo, enquanto prática social, passível de estabelecer, ratificar e de romper elos, em muitos casos, buscava “perpetuar” um nome que poderia circular numa mesma família em várias gerações.

Outra categoria a ser explicitada é a de rede, para isso nos filiamos à definição proposta por Cacilda Machado enquanto “um complexo sistema relacional que permite a circulação de bens e serviços, tanto materiais como imateriais, dentro de um conjunto de relações estabelecidas entre seus membros, que os afeta a todos direta ou indiretamente, ainda que de maneira desigual” (2008, p. 18). Afora isso, a análise das malhas sociais outro aspecto pertinente foi apontado por Ramella ao propugnar que, “las implicaciones metodológicas y teóricas de la noción de red social están hoy, directa o indirectamente, en el centro del trabajo de revisión que se ha abierto en amplios sectores de las ciencias sociales” (1995, p.10), podendo se constituir num “caminho para desenhar o horizonte social dos atores, para definir

³ Iremos nos valer da concepção de prole, proposta por Klep (2004) por apresentar um caráter mais amplo valorizando a noção de filhos de todas as idades, tendo em vista que mesmo filhos maiores de 18 anos, independente do lugar onde vivam, se na casa paterna ou em outro espaço, continuam sendo considerados sua prole.



seus interesses para além de sua profissão ou de seu estatuto social” (CERUTTI In: REVEL, 1998, p. 183). Em suma, esse tipo de abordagem pode nos ajudar a evitar cair em determinismos que condicionem, a *priori*, os comportamentos dos agentes históricos a tomarem certas decisões conforme o local que ocupam na esfera social, retirando deles a capacidade de escolhas no teatro social.

A prole numerosa e as relações de parentesco espirituais

Na sequencia passaremos a analisar as relações estabelecidas a partir dos assentos do sacramento que era o *vestibulum* para fazer parte da comunidade de fiéis católicos⁴. Direcionaremos nosso olhar para tentar destrinchar que tipo de “amarração” foi firmada junto a outras pessoas que serviram na condição de padrinhos e madrinhas, buscando assim visualizar quem foram os escolhidos para servirem de pais espirituais dos quinze rebentos que Joaquina e Randolpho tiveram entre 1869 a 1892. Concomitantemente, olharemos também outros aspectos tais como o reforço dos vínculos familiares por meio do parentesco simbólico, os nomes passados aos filhos enquanto uma tática de transmissão de uma herança imaterial, de um modo especial a produção de homônimos com a graça de Randolpho, bem como os sobrenomes incorporados pelas oito mulheres e sete homens. Com intuito de sistematizar as relações de *compadrazgo* estabelecidas pelos cônjuges que nos emprestam seus nomes para trilharmos a senda da onomástica⁵ elaboramos o quadro a seguir. Onde, entre outras

⁴ Cabe ainda ponderar que os batismos também representavam, em boa parte do período estudado, “o registro de sua existência, de sua condição civil” (MENEGAT, 2009, p. 81). Desta forma, o assento produzido nos livros paroquiais católicos possuía grande relevância “numa sociedade marcada por elevado número de iletrados”, o registro “constituía um dos raros testemunhos escritos que provavam o vínculo familiar e a condição social dos indivíduos” (VENÂNCIO et al, 2006, p. 2). Pois durante a maior parte do século XIX esteve em vigor o padroado, onde havia a “junção” do Estado e da Igreja Católica. Esta última desfrutava de estreitíssimas relações com o império, o que lhe conferia o posto de religião oficial, a única reconhecida por ele. Outros credos eram apenas tolerados, isto acabava trazendo implicações importantes para a vida quotidiana dos não católicos, pois “havia batismo, mas não registro civil: casamento na Igreja, mas não casamento civil; cemitérios das irmandades, mas não cemitérios públicos onde todos pudessem ser enterrados sem discriminação” (BEOZZO, 1993, p.12), configurando “uma clara limitação da cidadania, já que aqueles que não professavam a fé católica não poderiam ser cidadãos plenos, mesmo que satisfizessem as outras exigências existentes na lei” (GRINBERG, 2002, p.318-319). Portanto, entrar na Igreja Católica, através das bênçãos do batismo e dos demais sacramentos, era condição *sine qua non* para ingressar na sociedade civil e desfrutar de uma cidadania plena, ou seja, usufruir direitos nas esferas política, civil e social (CARVALHO, 2002).

⁵ Também chamado de método onomástico, tem se constituído numa das principais possibilidades analíticas dos historiadores que trabalham com a micro-análise. Grosso modo, o nome de certa forma passa a “conduzir” a trama, pois segundo Poni e Ginzburg o centro de “investigación micronominativa persigue a individuos concretos, buscando descubrir una especie de tela de araña tupida, a partir de la cual sea posible obtener la imagen gráfica de la red de relaciones sociales en que el individuo está integrado” (In: SERNA e PONS, 1993, p.



informações, destacamos os nomes dos compadres e das comadres que foram escolhidas, assim como os nomes dos quinze rebentos, o ano em que nasceram, o momento em que foram batizados e local onde receberam o primeiro dos sacramentos.

113). Outrossim, esse tipo de investigação estrutura-se nas linhas que partem e convergem para o nome, compondo uma espécie de teia de malha fina, podendo explicitar os sistemas de alianças que foram tecidos pelos indivíduos.

Quadro 1 - Relações de compadrio estabelecidas a partir da prole de Randolpho e Joaquina

Criança	Ano de Nasc.	Ano do Bat.	Local em S. Vicente	Padrinho	Madrinha
José	1869	1870	Capela	Zeferino Alves Machado	Mariana Leite da Conceição
Zeferino	1870	1871	Capela	Basílio José da Silva Pereira	Francisca Pereira Pinto
Cândida	1872	1873	Capela	João Victorino Filho	Candida Victorina dos Santos
Mariana	1873	1874	Capela	José Antônio Rodrigues Evangelho	Viriginia de Freitas Evangelho
Randolfo	1876	1877	Matriz	Jerônimo Pereira de Quadros	Maria Jeronima de Quadros
Rita	1878	1878	Casa Luis Weis	João Antonio de Oliveira Filho	Rita Alves de Oliveira
Joaquina	[1879]	1882	Freguesia	Antonio Alves Machado	Elvina Domingues Prestes
João	1880	1882	Freguesia	João Alves Machado	Maria Alves da Conceição
Silvia	1881	1882	Freguesia	Quirino Alves Machado	Cândida Alves da Conceição
Quirino	1882	1882	Freguesia	João Ignácio Nunes	Hortência Leite d'Oliveira Nunes
Alfredo	1885	1890	Matriz	Rufino Leivas Fernandes	Maria Constancia
Junia	1887	1890	Freguesia	José da Silva Pereira	Eneticia Pereira de Quadros
Alzira	1888	1890	Freguesia	Zeferino da Silva Pereira	Lucinda d'Avila Flores
Maria	1890	1891	Matriz	Major José Fernandes Junior	Teodora d'Oliveira Jardim
Juvenal	1892	1894	Freguesia	José Crispim Jardim Fernandes	Cristina Jardim Fernandes

Fonte: Quadro elaborado, pelo autor, a partir dos registros de batismo de São Vicente encontrados junto a Mitra Diocesana de Bagé e de Santa Maria



Uma das principais prerrogativas das uniões conjugais, segundo as determinações da Igreja Católica, estava direcionada a procriação, ou seja, “crescei e multiplicai-vos”⁶. Mesmo não dispondo de estudos que versaram sobre a média de filhos dos casais que residiam na freguesia de São Vicente Ferrer nos parece que a fecundidade da parelha foi alta. Joaquina revelou-se extremamente prolífera, para tal situação em muito deve ter contribuído o fato de ter se casado jovem, o que aumentava e muito as possibilidades de reprodução. O intervalo protogenésico, período entre o casamento e o primeiro parto, ficou em onze meses sendo que ela teve o primeiro filho aos dezessete anos e o último aos quarenta e dois. Transcorreram-se duzentos e setenta e dois meses de intervalo, o que dividido pelo número de filhos deu uma média de dezoito meses, então, a cada ano e meio, desenvolvia uma nova gestação e entrava em trabalho de parto. Tal média nos sugere que durante o período de amamentação já estava em curso uma nova gravidez. Ainda tratando da média há que se considerarem aquelas possíveis crianças que nasceram e foram batizadas em casa, pois em muitos casos “o batismo era realizado às pressas, logo após o nascimento, para que, em caso de uma fatalidade, a criança não se fosse deste mundo sem a bênção sagrada de Deus” (MUAZE, 2008, p. 186). Além dessas possíveis crianças que acabaram falecendo antes de serem batizados junto aos representantes da Santa Sé, devido a isso seus nomes não constarem nos assentos de batismos, também há que se ventilar a hipótese de uma mortalidade fetal pré-natal o que pode ser pensado se olharmos no quadro os dois triênios (1873-1876 e 1882-1885), onde não consta o nascimento de nenhuma criança.

Reportando-nos ao quadro observamos na primeira coluna o espaço onde constam os prenomes dados aos neófitos. O primogênito recebeu a graça de José, numa homenagem clara ao avô paterno, gerando o terceiro homônimo José da Silva Pereira, tendo como seus padrinhos os avôs maternos Zeferino e Mariana⁷. No entendimento de Françoise Zonabend (In: BURGUIÈRE, 1998, p. 24) o costume de batizar o “primogênito com o nome de seu avô paterno traduz a distinção de que são objecto nas nossas culturas estas duas posições genealógicas, o que é corroborado por inúmeros usos populares em que avô e neto são supostos agir conjuntamente em múltiplas circunstâncias”. O segundo membro da prole, denominado de Zeferino, homenageava o avô materno e teve como padrinhos seu tio Basílio José da Silva

⁶ A referida passagem bíblica foi retirada do livro de Gênesis (1: 28-29).

BÍBLIA SAGRADA. 57ª ed. São Paulo: Editora Ave Maria, 1987, p. 49.

⁷ AMDB, **Registro de batismo de José.** São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1870, liv. 10a, ff. 128v., n.º 364.



Pereira e a avó Dona Francisca Pereira Pinto⁸. Dos 30 compadres e comadres que os consortes tiveram a oportunidade de escolher, 15 possuíam relações familiares diretas. Desse modo, além dos pais e dos irmãos, os referidos cônjuges, também converteram em seus parentes espirituais: cunhados (as) e os próprios filhos. Por exemplo, o padrinho de Junia era seu irmão mais velho José⁹, enquanto que o padrinho de Alzira foi seu irmão Zeferino¹⁰. Zonabend em seu estudo sobre o compadrio e suas relações, de um modo especial o parentesco ritual contraído junto a pia batismal, percebeu que havia um padrão para a escolha dos padrinhos na França no início da modernidade, “onde as crianças mais velhas eram geralmente pessoas da família e por fim, os últimos filhos tendiam a ser batizados com mais frequência por pessoas alheias à família” (apud HAMEISTER, 2006, p. 212). Nesse sentido Carla Menegat afirmou que recorrer a parentes próximos no ato do batismo evidenciava que mesmo havendo a possibilidade de estabelecer liames “tão sólidos como os do compadrio com indivíduos que não compartilhavam os laços sangüíneos a percepção da necessidade de reforçar estes últimos era privilegiada” (2009, p.65).

Quanto a esse reforço dos vínculos familiares também pôde ser observado ao analisarmos o rol dos nomes utilizados por Joaquina e Randolpho, uma vez que as graças de dez dos quinze filhos que o casal teve representavam homenagens diretas a membros dos dois ramos familiares a que pertenciam. Quanto à escolha do prenome José Luiz da Veiga Mercer e Sergio Odilon Nadalin defenderam que este não era um ato de escolha de absoluta liberdade, pois além do agrado aos parentes também envolvia “regras de transmissão de bens reais e simbólicos, à ação do estado e da igreja, às normas do jogo social próprias do grupo de pertencimento, enfim a um gosto vivido como indivíduo, mas socialmente determinado” (2008, p. 12).

Entre os prenomes transmitidos destacamos o que foi concedido ao quinto filho da parêlha, que foi chamado de Randolpho Filho. Silvia Brügger ao tratar da escolha do nome discorreu que ela poderia significar bem mais do que uma simples homenagem a membros da família geralmente de gerações anteriores. “Tanto na tradição ocidental, como em culturas africanas, faz-se presente a identificação entre nome e augúrio ou destino”, assim, por detrás da escolha da graça estava também o “desejo de transferir determinadas qualidades do ‘dono’ dos nomes para a criança” (2007, p. 314). O que em parte é corroborado por Pierre Bordieu

⁸ AMDB, **Registro de batismo de Zeferino**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1871, liv. 10a, ff. 200, n.º 360.

⁹ AMDSM, **Registro de batismo de Junia**. São Vicente, a. 1890, liv. 3, ff. 94 n.º 42.

¹⁰ AMDSM, **Registro de batismo de Alzira**. São Vicente, a. 1890, liv. 3, ff. 95, n.º 43.



quando nos fala que “em numerosos universossociais, os deveres mais sagrados para consigo mesmo tomem a forma de deveres para com o nome próprio [...] O nome próprio é o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais” (In: FERREIRA e AMADO, 2002, p. 187). Andrea Reguera destacou que entre as principais táticas usadas para construir “un rango y un rol” em torno de “una identidad” que expressasse “prestigio” e “expresión en la sociedad”, estava o “trabajo o de la fuerza: otros, por la intriga o el talento: y otros se transmiten por la educación o la herencia” (2006, p. 221). Ainda trilhando o campo dos artifícios, no repasse do nome a outras gerações, a produção de homônimos tinha a intenção de

[...] gerar uma espécie de ‘fusão’ de duas pessoas distintas padrinhos e afilhados, avôs e netos ou ilustres e desconhecidos [...] Deste modo, a vida pregressa estaria associada ao nome, ao identificador do sujeito designando uma espécie de entidade que pertencia à família ou o grupo em que estavam inseridos. O nome também significava uma forma de continuidade e, muitas vezes, estava impregnado com os atributos dos homens aos quais identificavam. Assim, o nome, além de ser um constitutivo da pessoa, era um legado, um patrimônio familiar (BARBOSA, 2009, p.50).

A citação nos remete outra vez a teoria da dádiva proposta por Mauss (1974), o nome ao ser repassado poderia adquirir a condição de presente, o receptor tinha que aceitá-lo por não ter escolha, e por fim o ciclo se encerraria, mediante o ato de retribuição, na medida em que o mesmo tinha a obrigação de honrá-lo. Por sua vez ainda sugere que o nome próprio muito além de um constitutivo ligado a personalidade de um indivíduo assumia a condição de um patrimônio familiar suscetível a ser transmitido de geração a geração. No caso de Randolpho não foi propriamente o que ocorreu, pois um de seus filhos, conforme visto anteriormente recebeu a mesma graça do pai. O mesmo seria feito por Randolpho da Silva Filho com um dos seus descendentes que foi chamado de Randolpho César da Silva, portanto em três gerações seguidas três membros da mesma estirpe, respectivamente avó, filho e neto, ostentaram a mesma graça, desse modo por cerca de 150 anos o nome foi mantido dentro da família, o que de certa forma contribuiu para um processo de cristalização do prenome junto à memória coletiva do Vale do Jaguari. Quanto à repetição dos nomes dá por vezes a impressão de um emaranhado impossível de se deslindar. Talvez por isso no caso do filho e do neto se recorreu a alcunhas para identificá-los, Randolpho Filho também era chamado de Doito ou Doritto enquanto que Randolpho César também ficou conhecido como Dodo. Deve-se mencionar também que havia outro neto que recebeu a mesma graça, Randolpho Garcia da Silva, que popularmente era conhecido como Dolfito (BRESSAN, 2011).



Em 1873, a terceira filha do casal foi batizada junto à capela de São Vicente Ferrer. Naquela oportunidade, a menina Cândida¹¹ teve escolhidos para servirem como seus “pais espirituais” sua tia Cândida Victorino dos Santos¹² e o irmão de sua madrinha João Victorino Filho, este último um verdadeiro “especialista na arte de apadrinhar”. Entre os registros de São Vicente, contam-se dezenas de assentos onde seu nome é citado na condição de padrinho, sugerindo que ele detinha uma posição de prestígio no contexto de uma vizinhança alargada. Os autos de qualificação da Guarda Nacional sugerem que o negociante despontava como um dos homens melhor situados economicamente daquelas paragens. O referido personagem, além da atuação no campo da economia, também galgaria projeção política dentro do Vale do Jaguari, ao conseguir em pelo menos uma oportunidade ser escolhido como eleitor de 2º grau num seletivo grupo de quatorze cidadãos de São Gabriel. Naquela feita suplantando, em nove votos, o poderoso Barão de Cambay, uma das principais lideranças políticas dos conservadores em São Gabriel e em toda a região da campanha¹³. Quanto ao poder militar João Victorino, no início da década de 1890, ascenderia ao cargo de coronel do 36º regimento de cavalaria sediado em São Vicente¹⁴. Desta forma, do ponto de vista de Randolpho, o compadrio com esse membro da elite local¹⁵ representou uma relação vertical para cima, estabelecida junto a um homem situado socialmente num patamar superior.

Outra questão verificada junto aos livros de batismo, no que tange o processo de estabelecimento de cadeias sociais e transmissão de bens simbólicos, ficou por conta da situação que envolveu Randolpho e sua filha Cândida da Silva Pereira. Esta última em 1882 amadrinhou pela primeira vez juntamente com seu pai, quando contava com apenas dez anos. Segundo as diretrizes das Constituições Primeiras a pessoa só estaria autorizada à prática do batismo desde que fosse batizada “e o padrinho não será menor de quatorze anos e a madrinha não será menor de doze” (DA VIDE, 1707, Livro I, Título XVIII, parágrafo 64). Não

¹¹ AMDB, **Registro de batismo de Cândida**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1873, liv. 10a, ff. 292, n° 01.

¹² AMDB, **Registro de casamento de Cândido José da Silva Pereira e Cândida Victorina dos Santos**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1862, liv. 4, ff. 3, n.º 8.

¹³ AHRs, **Eleições**. São Gabriel, a. 1871, cx. 205, m. 242.

¹⁴ AHRs, **Quadro da força Guarda Nacional**. São Vicente, a. 1894, m. 63.

¹⁵ Segundo Fábio Kühn (2006) os três atributos básicos para a definição de elite estariam relacionados à riqueza material, *status* social e poder político. Flávio Heinz entende que “*trata-se de um termo empregado em um sentido amplo e descritivo, que faz referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o ‘topo’ de ‘estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos’*”. Ou seja, “*os dirigentes, as pessoas influentes, os abastados ou os privilegiados*”. Destarte, as elites são definidas pela “*detenção de um certo poder ou então como um produto de uma seleção social ou intelectual*”, o estudo da referida categoria social “*seria um meio de determinar quais os espaços e os mecanismos do poder nos diferentes tipos de sociedade ou os princípios empregados para o acesso às posições dominantes*” (2006, p. 7-9), isto é, as estratégias que esses grupos se valem para se sentirem e serem reconhecidos enquanto a fina flor da sociedade.



obstante, ao batizar Antonia¹⁶, a menina iniciou sua carreira de madrinha dois anos antes do recomendado pelas normas canônicas. Situações como estas evidenciam que as regras não eram seguidas a risca, abrindo espaço para adequações locais do que era válido para o mundo católico, havendo uma distância entre o determinado e o vivido. Tendo em vista que “por mais que a Igreja buscasse a plenitude da aplicação das normativas, as adaptações e remediações a realidade luso-brasileira flexibilizaram muito as normativas, tornando nem sempre a prática um reflexo da teoria” (FREITAS, 2010, p.5). Na visão de Hameister “acompanhar os pais desde pequeno, em momento tão solene, poderia configurar junto a pia batismal redes de parentesco simbólico que no futuro poderiam se reverter em um verdadeiro patrimônio imaterial” (2006, p. 282). Assim, a nosso ver, Cândida foi escolhida entre os membros da prole como a repositária do capital relacional que sua família era detentora, na medida em que ela fez par na pia batismal com seu pai em mais três oportunidades. Desse modo, acompanhar o pai desde pequena, na tarefa do compadrio possibilitou a configuração de teias de parentesco ritual e formação de seu próprio cabedal social.

No que diz respeito às relações entre compadres queremos trazer a baila os nós firmados entre Randolpho e o compadre Jerônimo Pereira de Quadros. Conexões construídas por dois vizinhos que se dedicavam ao ofício de criador e pertenciam aos setores medianos, portanto tratava-se de um circuito de cunho horizontal tramado entre indivíduos que se situavam no mesmo nível do tecido social¹⁷. Em 1866 se tornaram compadres quando Randolpho batizou sua filha Christina¹⁸, pois bem, passados dez anos inverteram-se os papéis, quando por ocasião do batizado de Randolpho Filho¹⁹, tendo na pessoa do estancieiro Jeronimo seu “pai espiritual”. Entendemos que os registros nos mostram muito mais do que uma simples troca de afilhados, nos fazem pensar em “una reciprocidad que emanaba de la buena voluntad y la amistad” (LEVI, 2002, p. 109). Reciprocidade confirmada anos mais tarde quando Jeronimo assumiu a condição de testamenteiro e inventariante dos bens de seu falecido compadre desenvolvendo paralelamente o trabalho de mediação nos conflitos, que

¹⁶ AMDSM, **Registro de batismo de Antonia**. São Vicente, a. 1882, liv. 2, ff. 72, n.º 138.

¹⁷ Em relação ao ofício desenvolvido pelos compadres foi possível averiguar tal informação através da documentação da milícia cidadã onde por três anos seguidos eles apareceram na condição de criadores. Já a condição de proprietário e de vizinho de Jerônimo foi passível de verificação mediante uma ação de demarcação da estância da Palma local de moradia da estirpe dos Quadros.

AHRS, **Qualificação Guarda Nacional**. São Gabriel, a. 1872, m. 59.

Idem, a. 1873, m. 58.

Ibidem, a. 1874, m. 60.

AJC, **Ação de demarcação e divisão da fazenda da Palma**. São Vicente, a. 1897, cx. 344, n.º 70.

¹⁸ AMDB, **Registro de batismo de Christina**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1866, liv. 8, ff. 150, n.º 249.

¹⁹ AMDB, **Registro de batismo de Randolpho**. São Vicente, a. 1877, liv. 1, ff. 19, n.º 40.



surgiram durante a partilha, motivados principalmente pela segunda união de Randolpho com a jovem Alsira Mello²⁰.

É importante observar que ao serem batizadas as crianças não recebiam sobrenomes, apenas o nome inicial, pelo qual eram identificadas até chegarem à idade adulta. Cruzando os registros batismais com os registros cartoriais de transmissões de propriedades²¹ foi possível verificar a “falta de um padrão” na incorporação do sobrenome, situação também observada por Hameister uma vez que entre irmãos “não é difícil encontrar sobrenomes díspares para os filhos do mesmo casal. Incomum, para muitas famílias é encontrar toda a prole com um mesmo sobrenome” (2006, p.100). Conseguimos obter maior clareza com relação ao sobrenome incorporado pela prole de Randolpho e Joaquina ao analisar os registros cartoriais civis, de imóveis (negócios de terras e direitos de herança) onde constavam referências indiretas aos nomes dos pais. Caso contrário teria sido impossível precisar que possuíam qualquer tipo de relação de parentesco, pois entre o grupo de irmãos encontramos quatro terminologias de sobrenome diferentes. Houve um predomínio na incorporação do sobrenome Silva Pereira tendo sido tal forma apropriada por José, Zeferino, Candida, Mariana, Junia, Alzira e Juvenal. Já a terminologia, da Silva Alves, foi repassada a João, Silvia, Quirino e Maria, houve ainda Alves da Silva incorporados por Joaquina, Rita e Alfredo e somente Silva por parte de Randolpho Filho. Carla Menegat argumentou que a adoção de sobrenomes pode ser compreendida como uma opção de “pertencimento a um costado familiar, ou uma estratégia de identificação com um costado” (2009, p.78). Desta forma, “los cambios de apellido entre generaciones de una misma familia” (MOUTOUKIAS, 2000, p. 136), nos sugere uma relação intergeracional, que inclusive pode refletir momentos da dinâmica interna da família, pois recorrer a um ramo ora recorrer a outro pode ser um forte indício a qual segmento havia maior identificação naquele período.

²⁰ AJC, *Inventário post-mortem de Randolpho José da Silva Pereira*. São Vicente, a. 1914, cx. 361, n.º 114.

²¹ TABELIONATO DE REGISTROS DE IMÓVEIS, *Livros de Transcrições e Transmissões*. São Vicente do Sul, livros 3A, 3B, 3C, 3D, 3E, 3F, 3G, 3I, 3J, e 3L para o período de 1920 a 1955, tendo como primeiro registro o de número 948 e o último o de 7.143.

TABELIONATO DE REGISTROS PÚBLICOS DE SÃO VICENTE, *Certidão de óbito de José da Silva Pereira*. a. 1926, liv.C-1, ff. 06v. e 7r., n.º. 15.

TABELIONATO DE REGISTROS PÚBLICOS DE SÃO VICENTE, *Certidão de óbito de Zeferino José da Silva Pereira*. a. 1941, liv.C-1, ff. 152v., n.º. 153.



Considerações finais

Manhã de outubro, ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1868, por volta das nove horas, capela de São Vicente Ferrer, se apresentaram diante do reverendo José Coelho de Souza, os nubentes Randolpho e Joaquina. Não havendo qualquer tipo de impedimento que obstaculizasse a união, eles confirmaram seus votos matrimoniais e receberam o sacramento segundo os preceitos tridentinos. Mais do que um casamento o enlace representou a solidificação de vínculos de vizinhança e amizade.

Do referido consórcio nasceram pelo menos quinze crianças, casal extremamente prolífero, pois constituíram uma prole ampla que lhes possibilitou através da prática cultural do compadrio firmar e confirmar uma série de teias sociais. Analisamos aspectos que envolveram os cônjuges procurando chamar atenção que o rito batismal congregava princípios transcendentais e imanentes, uma vez que a *práxis* do compadrio implicava na formação de um séquito de compadres, sacramentados pelos laços religiosos, que se convertiam em aliados para as demandas mundanas.

A ciranda do compadrio nos mostrou o reforço dos elos familiares diretos, tanto entre os parentes sanguíneos – irmãos e filhos - assim como os parentes afins – sogro (as) e cunhados (as) - foram convertidos em parentes espirituais, o que os tornava duplamente parentes. Verificamos também há falta de um padrão na transmissão do sobrenome tendo em vista que foram repassadas quatro formas diferentes, com predomínio da terminologia Silva Pereira.

Debruçamo-nos ainda sobre a prática de Randolpho fazer par com Cândida que desde muito jovem, passou a acompanhar seu pai na tarefa de batizar, construindo sistemas de alianças, e se constituindo na repositória do patrimônio imaterial que sua família havia construído. O que de certa forma nos sugere aquilo que Richard Graham preconizou ao escrever que “os filhos de uma mesma família, embora igualmente ligados ao pai” não “eram considerados iguais entre si” (1997, p. 50).

Paralelamente abordamos os circuitos estabelecidos por Randolpho com o criador Jerônimo Pereira de Quadros, atividade econômica que naquele momento propiciava as condições materiais de sobrevivência aos dois compadres. A troca bilateral de afilhados foi tratada enquanto um processo gerador de uma solidariedade entre pares (não só pela atividade profissional em comum mas pelo fato de entendermos que se tratavam de estirpes de condição



social semelhante) onde o apadrinhamento serviu para aproximar e solidificar malhas de vizinagem.

Outro aspecto que os assentos nos sugeriram foi à preocupação da continuidade da graça, pois dos quinze filhos em dez oportunidades conseguimos perceber homenagens a parentes. Entre os nomes legados destacamos o de Randolpho que nos fez pensar numa herança imaterial onde o prenome se constituiu num bem simbólico que muito além de um nome próprio tornou-se um constitutivo ligado a personalidade de um indivíduo assumindo a condição de um patrimônio familiar suscetível a ser transmitido por três gerações seguidas.

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Eleições. São Gabriel, *a.* 1871, *cx.* 205, *m.* 242.

Qualificação Guarda Nacional. São Gabriel, *a.* 1872, *m.* 59.

Guarda Nacional. São Gabriel, *a.* 1873, *m.* 58.

Guarda Nacional. São Gabriel, *a.* 1874, *m.* 60.

Quadro da força Guarda Nacional. São Vicente, *a.* 1894, *m.* 63.

Arquivo da Mitra Diocesana de Bagé

Registro de casamento de Cândido José da Silva Pereira e Cândida Victorino dos Santos. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1862, *liv.* 4, *ff.* 3, *n.º* 8.

Registro de batismo de Christina. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1866, *liv.* 8, *ff.* 150, *n.º* 249.

Registro de casamento de Randolpho José da Silva Pereira e Joaquina Alves da Conceição. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1868, *liv.* 4, *ff.* 82v., *n.º* 33.

Registro de batismo de José. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1870, *liv.* 10a, *ff.* 128v., *n.º* 364.

Registro de batismo de Zeferino. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1871, *liv.* 10a, *ff.* 200, *n.º* 360.

Registro de batismo de Randolpho. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1868, *liv.* 9b, *ff.* 185, *n.º* 358.

Registro de batismo de Cândida. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1873, *liv.* 10a, *ff.* 292, *n.º* 01.



Arquivo da Mitra Diocesana de Santa Maria

Registro de batismo de Antonia. São Vicente, *a.* 1882, *liv.* 2, *ff.* 72, *n.º* 138.

Registro de batismo de Junia. São Vicente, *a.* 1890, *liv.* 3, *ff.* 95., *n.º* 42.

Registro de batismo de Alzira. São Vicente, *a.* 1890, *liv.* 3, *ff.* 94, *n.º* 43.

Arquivo do Judiciário Centralizado

Ação de demarcação e divisão da fazenda da Palma. São Vicente, *a.* 1897, *cx.* 344, *n.º* 70.

Inventário *post-mortem* de Randolpho José da Silva Pereira. São Vicente, *a.* 1914, *cx.* 361, *n.º* 114.

Tabelionato de registros civis de Mata

Certidão de óbito de Joaquina Alves da Silva. *a.* 1907, *liv.* 01, *ff.* 47, *n.º* 161.

Certidão de óbito de Randolpho José da Silva Pereira. *a.* 1914, *liv.* 1-c, *ff.* 90v., *n.º* 04.

Tabelionato de registros públicos de São Vicente

Certidão de óbito de José da Silva Pereira. *a.* 1926, *liv.* C-1, *ff.* 06v. e 7r., *n.º* 15.

Certidão de óbito de Zeferino José da Silva Pereira. *a.* 1941, *liv.* C-1, *ff.* 152v., *n.º* 153.

Tabelionato de registros de imóveis de São Vicente do Sul

Livros de transcrições e transmissões. 3A, 3B, 3C, 3D, 3E, 3F, 3G, 3I, 3J, e 3L para o período de 1920 a 1955.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Michael. **Elementos para a história da família ocidental 1500-1914**. Lisboa: Editorial Querco, 1984.

BARBOSA, Carla Adriana da Silva. **A casa e suas virtudes: Relações familiares e a elite farroupilha (RS, 1835-1845)**. São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2009, 139 F. (Dissertação de Mestrado).

BEOZZO, José Oscar. As igrejas e a imigração. In: DREHER, Martin N. **Imigrações e história da igreja no Brasil**. Aparecida: Editora Santuário, 1993.

BÍBLIA SAGRADA. 57ª ed. São Paulo: Editora Ave Maria, 1987.



- BORDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (org.). **Usos & abusos da história oral**. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- BRESSAN, Hermes. **Rincão dos Alves - raízes e história: Jaguari – 4º distrito**: Resgate da memória dos rinconenses. Jaguari: [s.n.], 2011.
- BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal**: Família e sociedade (São João Del Rei - Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: O longo caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogo de escalas**: A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- DA VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições primeiras do arcebispado da Bahia**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizatório**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- FARINATTI, Luís Augusto E. **Confins meridionais**: Famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: UFSM, 2010.
- GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.
- GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- GRINBERG, Keila. **O Fiador dos brasileiros**: Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- HAMEISTER, Martha D. **Para dar calor à nova povoação**: Estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763). Rio de Janeiro: UFRJ - Programa de Pós-Graduação em História Social, 2006, 474F. (Tese de Doutorado).
- HEINZ, Flávio M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- IMÍZCOZ, José Maria. **Actores, redes, procesos**: Reflexiones para una historia más global. Revista da Faculdade de Letras. História III série, vol. 5, 2004. p.115-139.
- KÜHN, Fábio. **Gente da Fronteira**: Família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – Século XVIII. Niterói: UFF-PPGH, 2006, 479F. (Tese de Doutorado).
- LEVI, Giovanni. **Herança Imaterial**: A trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.



- LÓPEZ, Pilar Muñoz. **Sangre, amor e interes:** La familia en la España de la restauración. Madrid: Marcial Pons, 2001.
- MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades:** Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. Registros paroquiais como fontes seriais que escondem realidades sociais inusitadas. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi e FLECK, Eliane Cristina Deckmann. **A corte no Brasil:** População e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX. São Leopoldo: Oikos Editora/ Editora Unisinos, 2008.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia:** Ensaio sobre a dádiva - forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. São Paulo: EPU, 1974. Vol. II.
- MENEGAT, Carla. **O tramado, a pena e as tropas:** Família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX). Porto Alegre: UFRGS – PPGH, 2009, 205F. (Dissertação de Mestrado).
- MENZ, Maximiliano Mac. **Tesouro das Missões:** A integração do espaço oriental missioneiro na economia Sul-Rio-Grandense. São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2001, 170 F. (Dissertação de Mestrado).
- MOUTOUKIAS, Zacarias. **Familia patriarcal o redes sociales:** Balance de una imagen de la estratificación social. Buenos Aires: Universidad Nacional del Centro, 2000. Anuário Vol. XLIX, Enero-Marzo, 2000, n.º 3.
- MUAZE, Mariana. **As memórias da viscondessa:** Família e poder no Brasil império. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- RAMELLA, Franco. Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios. In: BJERG, María e OTERO, Hernán. **Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna.** Tandil: CEMLA-IEHS, 1995.
- REGUERA, Andrea. **Patrón de estancias Ramón Santamarina:** Una biografía de fortuna y poder en la pampa. Buenos Aires: EUDEBA, 2006.
- REVEL, Jacques (org.). **Jogo de Escalas:** A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- SERNA, Justo e PONS, Anaclet. El ojo de la aguja ¿De qué hablamos cuando hablamos de microhistoria? In: TORRES, Pedro Ruiz. **La historiografía.** Madrid: Marcial Pons, 1993.
- ZONABEND, Françoise. Da família: olhar etnológico sobre o parentesco e a família. In: BURGUIERÉ, André (org.). **História da Família:** Mundos longínquos. Lisboa: Terramar, 1998, p.13-66.



Referências digitais

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. **Topoi**, vol. 03, n.º 5, jul. – dez. 2002, p.41-70. Disponível em <http://www.revistatopoi.org/> acessado em 09/2009.

_____. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. **Topoi**, vol. 11, n.º 21, jul. – dez. 2010, p.74-106. Disponível em www.revistatopoi.org/ acessado em 01/2011.

FREITAS, Denize Terezinha Leal. O casamento na freguesia Madre de deus de Porto Alegre: A população livre e suas relações matrimoniais de 1772-1835. Caxambu: **XVII Encontro Nacional de Estudos de População**, 2010. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/> acessado em 10/2010.

KLEP, Paul M.M. Introduction to special issue: contradictory interests of offsprings and parents, 1500-2000. **History of the family**, vol. 9, p. 349-354, 2004. Disponível em <http://www.linkin的角度.com/retrieve> acessado em 06/2010.

LEVI, Giovanni. Reciprocidad mediterránea. **Tiempos Modernos: Revista Electrónica de Historia Moderna** n.º 7. 2002. Disponível em <http://www.tiemposmodernos.org/> acessado em 03/2010.

MERCER, José Luiz da Veiga e NADALIN, Sergio Odilon. Um patrimônio étnico: os prenomes de batismo. **Topoi**, vol. 9, n.º 17, jul.-dez. 2008, p. 12-21. Disponível em <http://www.revistatopoi.org/> acessado em 12/2009.

PEDROZA, Manoela da Silva. Capitães de bibocas: casamentos e compadrios construindo redes sociais originais nos sertões cariocas (Capela de Sapopemba, freguesia de Irajá, Rio de Janeiro, Brasil, século XVIII). Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. **Revista Topoi**, vol. 9, n.º 17, jul.-dez. 2008, p. 67-92. Disponível em <http://www.revistatopoi.org/> acessado em 02/2010.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. **Da reconstituição de famílias à reconstituição de comunidades históricas**: um exemplo do Noroeste de Portugal. 2008. Disponível em http://historia_demografica.tripod.com/ acessado em 03/2010.



SILVA, Tânia Maria Gomes da. **Família, estado e união consensual:** algumas considerações. Juiz de Fora: UFJF, 2000. Revista eletrônica de história do Brasil vol. 4, n.º 2, jul./dez. 2000, p. 04-13. Disponível em <http://www.clionet.ufjf.br/rehb> acessado em 03/2010.

VENÂNCIO, Renato Pinto [et. al]. **O compadre governador:** redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. São Paulo: Revista Brasileira de História, 2006, vol. 26, n.º 52. Disponível em <http://www.scielo.br/> acessado em 06/2010.

Recebido em 15 de julho de 2012
Aprovado em 01 de outubro de 2012